

MODELO DE TERMO DE REFERÊNCIA

(PRESTAÇÃO DE SERVIÇO)

PREGÃO Nº/20...

(Processo Administrativo n.º 50300/003628/2019-79)

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de assistência odontológica, com abrangência nacional, a fim de atender servidores ativos e inativos da ANTAQ, seus dependentes e pensionistas, nos termos do art. 230 da Lei nº. 8.112/1990, da Portaria Normativa SEGRT/MPDG nº 1 de 9 de março de 2017, considerar previsão de valor determinado pela Portaria MP nº 8 de 13 de janeiro de 2016, dos procedimentos vigentes determinados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, da Resolução Normativa ANS – RN nº. 428, de 7 de novembro de 2017, das Resoluções do CONSU – Conselho de Saúde Suplementar e de acordo com as especificações constantes no detalhamento do objeto deste termo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

| Item | Descrição / Especificação | Unidade de Medida | Quantidade | Valor de Referência Anual |
|------|--|-------------------|------------|---------------------------|
| 1 | Prestação de serviços de assistência odontológica, com abrangência nacional, a fim de atender servidores ativos e inativos da ANTAQ, seus dependentes e pensionistas | Serviço | 1 | 359.601,77 |

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei nº 10.520/2002, e tem o código 5908 no Catálogo de Materiais e Serviços (CATMAT/CATSER) do SIASG.

1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global.

1.5. O prazo de vigência do contrato é de **12 (meses)**, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de **60 (sessenta)** meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. O serviço odontológico da ANTAQ viabilizará tratamentos odontológicos visando promover e preservar a saúde do servidor, condição necessária para uma força de trabalho mais eficiente através da obtenção de elevados níveis de saúde geral. Além, disso a ANTAQ oferece esse serviço aos servidores e seus dependentes desde o ano de 2003, caracterizando uma política de qualidade de vida aos seus servidores constante do Planejamento Estratégico da ANTAQ como Estratégia, Gestão e Suporte - Gestão de Pessoas - Gerir saúde e qualidade de vida.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1. O plano de assistência odontológico proposto deverá atender aos requisitos abaixo descritos:

3.1.1. DOS BENEFICIÁRIOS:

3.1.1.1. Como titulares, sem limite de idade:

- a) Servidores ativos permanentes da ANTAQ, inclusive os cedidos para outros órgãos;
- b) Servidores sem vínculo, ocupantes de cargos em comissão;
- c) Servidores em exercício descentralizado de carreira;
- d) Servidores inativos da ANTAQ;
- e) Beneficiários de pensão civil.

3.1.1.2. Como dependentes legais:

- a) O cônjuge, o companheiro ou companheira na união estável;
- b) O companheiro ou a companheira de união homoafetiva, obedecidos os mesmos critérios adotados para o reconhecimento da união estável;
- c) A pessoa separada judicialmente, divorciada, ou que teve a sua união estável reconhecida e dissolvida judicialmente, com percepção de pensão alimentícia;
- d) Os filhos e enteados, solteiros, até 21(vinte e um) anos de idade ou, se inválidos, enquanto durar a invalidez;
- e) Os filhos e enteados, entre 21(vinte e um) e 24 (vinte e quatro) anos de idade, dependentes economicamente do servidor e estudantes de curso regular reconhecido pelo Ministério da Educação;
- f) O menor sob guarda ou tutela concedida por decisão judicial, enquanto permanecer nessa condição.

3.1.2.A existência do dependente constante nas alíneas "a" e "b" do subitem 3.1.1.2 desobriga a assistência odontológica do dependente constante no "c" do subitem 3.1.1.2.

3.1.3. Equipara-se ao servidor, referido no subitem 3.1.1.1, o ocupante de emprego público de órgão da Administração Pública Federal direta ou de uma de suas autarquias e fundações.

3.1.4. Após o falecimento do servidor, os dependentes referidos no item 3.1.2 poderão permanecer no plano de assistência odontológica, nas mesmas condições contratuais, mediante opção a ser efetivada junto a ANTAQ.

3.1.5. Caberá a Coordenadoria de Cargos, Benefícios e Legislação Aplicada – CBL da Gerência de Recursos Humanos da ANTAQ comunicar o falecimento do servidor, à contratada do plano odontológico na data de ciência do falecimento.

3.1.6. A Coordenadoria de Cargos, Benefícios e Legislação Aplicada – CBL da Gerência de Recursos Humanos da ANTAQ deverá comunicar o dependente da possibilidade de permanência no plano, de forma inequívoca.

3.1.7. A opção de que trata o item 3.1.4 deverá ser efetivada em até 30 (trinta) dias, contados da data de comunicação a que se refere o subitem 3.1.5.

- 3.1.8. O dependente que optar por permanecer no plano de assistência odontológico, na forma do item 3.1.4, deverá assumir integralmente seu custeio, exceto na qualidade de pensionista.
- 3.1.9. O pai ou padrasto, a mãe ou madrastra, dependente economicamente do servidor ativo ou inativo, conforme declaração anual de Imposto de Renda, que constem em seu assentamento funcional, poderão ser inscritos no plano odontológico contratado pela ANTAQ desde que o valor integral do custeio seja assumido pelo próprio servidor, observados os mesmos valores com ele contratados.
- 3.1.10. Não estará obrigado ao cumprimento de nova carência, no mesmo plano, o pensionista que se inscrever, nessa condição, dentro de 30 (trinta) dias do óbito do servidor. Após este prazo, os beneficiários cumprirão as carências estabelecidas no item 3.9.
- 3.1.11. A contratada admitirá a adesão de outros beneficiários no plano de assistência odontológica, limitado ao terceiro grau de parentesco consanguíneo e ao segundo grau de parentesco por afinidade, com o titular, desde que assumam integralmente o respectivo custeio dos valores do Plano.
- 3.2. Da Inscrição, Adesão, Exclusão e Suspensão dos Beneficiários:
- 3.2.1. É voluntária a inscrição, a adesão e a exclusão de qualquer beneficiário no plano odontológico.
- 3.2.2. Caberá à Coordenadoria de Cargos, Benefícios e Legislação Aplicada – CBL da Gerência de Recursos Humanos da ANTAQ encaminhar à contratada as solicitações de inscrição, adesão, exclusão, e suspensão do servidor, de seus dependentes cadastrados e do pensionista.
- 3.2.3. A comunicação de inscrição, de exclusão ou suspensão de beneficiário no plano odontológico será efetivada em conformidade com o cronograma estabelecido no contrato, sendo a data considerada no cronograma o marco inicial para fins de início da cobertura assistencial e contagem dos períodos de carência.
- 3.2.4. Os servidores que já estiverem em exercício na ANTAQ, na data da celebração do contrato, disporão do prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de contratação, para solicitarem as suas inclusões e dos seus dependentes, ficando isentos de carência, para usufruírem dos serviços contratados. Após este prazo, os beneficiários cumprirão as carências estabelecidas no item 3.9.
- 3.2.5. Os servidores que ingressarem na ANTAQ após a data a que se refere o item 3.2.4, disporão do prazo de 30 (trinta) dias ininterruptos, contados da data em que entrarem em exercício, para solicitarem a sua inclusão e dos seus dependentes, ficando, nesse caso, isentos de carência para usufruírem os serviços abrangidos. Após este prazo, os beneficiários cumprirão as carências estabelecidas no item 3.9.
- 3.2.6. Os servidores ativos, incluídos no plano de assistência odontológica, não serão excluídos ao passarem à inatividade, salvo se solicitarem expressamente a sua exclusão, o que implicará exclusão também dos seus dependentes
- 3.2.7. Os dependentes legais que adquirirem essa condição após a inclusão do servidor (por casamento, nascimento, adoção, guarda ou reconhecimento de paternidade) terão o prazo máximo de 30 (trinta) dias, ininterruptos, após o fato gerador, para serem incluídos no plano de assistência odontológica, sob pena do cumprimento

das carências previstas no item 3.9.

3.2.8. Fica sujeita às carências previstas no item 3.9:

3.2.8.1. a reinclusão de usuários, de qualquer natureza, cuja exclusão tenha sido solicitada pelo servidor, ou por perda da condição de dependente legal, salvo quando solicitada a inclusão, pelo servidor, até 30 (trinta) dias após a perda da condição de dependente.

3.2.9. Em nenhuma hipótese poderá qualquer beneficiário usufruir mais de um plano de assistência odontológica, custeado, mesmo que parcialmente, com recursos provenientes da União.

3.2.10. Durante o prazo estabelecido no item 3.2.4 a inclusão dos beneficiários deverá ocorrer em até ~~24 horas~~ 02(dois) dias úteis após o pedido coletado pela contratada ou encaminhado pela Coordenadoria de Cargos, Benefícios e Legislação Aplicada – CBL da Gerência de Recursos Humanos da ANTAQ.

3.2.11. Após o prazo estabelecido no item 3.2.4 as inscrições deverão ser encaminhadas pela Contratante à Contratada até o dia 20 (vinte) de cada mês, para inclusão no primeiro dia útil do mês seguinte.

3.3. Da exclusão:

3.3.1. As exclusões de usuários do plano de assistência odontológica serão, tempestivamente, comunicadas à empresa prestadora dos serviços, pela Coordenadoria de Cargos, Benefícios e Legislação Aplicada – CBL da Gerência de Recursos Humanos da ANTAQ. A eventual utilização dos serviços após a exclusão do usuário será de responsabilidade exclusiva da contratada.

3.3.2. A exclusão do servidor implicará na exclusão de todos os seus dependentes.

3.3.3. As exclusões de plano de assistência odontológico ocorrerão nas seguintes situações:

3.3.3.1. suspensão de remuneração ou proventos, mesmo que temporariamente;

3.3.3.2. exoneração ou dispensa do cargo ou emprego;

3.3.3.3. redistribuição do cargo a outro órgão ou entidade não coberto pelo respectivo plano;

3.3.3.4. licença sem remuneração;

3.3.3.5. decisão administrativa ou judicial;

3.3.3.6. voluntariamente, por opção do beneficiário;

3.3.3.7. outras situações previstas em lei ou em normas do órgão regulador.

3.3.4. No caso de licença sem remuneração, afastamento legal, ou suspensão temporária de remuneração ou proventos, o servidor poderá optar por permanecer no plano de assistência odontológica, devendo assumir integralmente, durante o período da licença, afastamento ou suspensão, o respectivo custeio das despesas, observado o disposto no § 3º do art.

183 da Lei nº 8.112, de 1990.

- 3.3.5. O servidor que mantiver o recolhimento mensal de sua respectiva contribuição ao Plano de Seguridade Social do Servidor Público, nos termos do § 3º do art. 183 da Lei nº 8.112, de 1990, fará jus ao benefício de auxílio de caráter indenizatório, pago mediante ressarcimento.
- 3.3.6. Ressalvadas as situações previstas no item 3.3.3, a exclusão do servidor dar-se-á, também, por fraude ou inadimplência, observadas, nesse caso, as normas editadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.
- 3.3.7. Na hipótese de vacância e de falecimento do titular ou dependente a cobrança da mensalidade será efetuada de forma proporcional até o dia do evento.
- 3.3.8. Os beneficiários excluídos do plano de assistência odontológica terão seus cartões de identificação recolhidos pela Coordenadoria de Cargos, Benefício e Legislação Aplicada – CBL da Gerência de Recursos Humanos da ANTAQ, que os devolverão a contratada.
- 3.3.9. É facultado aos exonerados a pedido ou ex-ofício, ou demitidos, nos termos do art. 30 da Lei 9.656/1998 e da Resolução CONSU de nº. 20/1999, manter sua condição de beneficiário, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozava quando da vigência do vínculo funcional, desde que assumam integralmente o respectivo custeio.
- 3.3.10. A situação exposta no item 3.3.9 é extensiva a todos os dependentes inscritos quando da vigência do vínculo funcional.
- 3.3.11. As hipóteses abaixo discriminadas constituem exclusões, as quais terão o pagamento da mensalidade efetuado até a data da comunicação do evento pelo servidor:
- 3.3.11.1. separação judicial ou divórcio;
 - 3.3.11.2. cancelamento de união estável;
- 3.3.12. Caberá ao servidor entregar à Coordenadoria de Cargos, Benefícios e Legislação Aplicada – CBL da Gerência de Recursos Humanos da ANTAQ os documentos necessários para a exclusão de que trata o item 3.3.11, até o prazo máximo de 15 (quinze) dias do mês subsequente ao da ocorrência do evento.
- 3.3.13. A não observância do item anterior desobriga a Contratada de efetuar a exclusão retroativa, devendo o servidor arcar com os valores devidos.
- 3.3.14. No caso dos dependentes legais, filhos ou enteados, que porventura percam a condição de estudante por ocasião do término da faculdade ou quando completarem 24 anos, a exclusão ou transferência para a condição de dependente agregado será efetuada no mês subsequente

ao da data do evento.

3.4. Identificação dos Beneficiários

3.4.1. Os beneficiários (titulares e dependentes) receberão gratuitamente carteira de identificação personalizada a ser fornecida pela Contratada que será usada exclusivamente quando da utilização dos serviços cobertos.

3.4.2. Em caso de extravio da carteira de identificação, o beneficiário se exime da responsabilidade de ressarcir os prejuízos causados, após a comunicação formal do evento à contratada e à ANTAQ.

3.4.3. Usar indevidamente a carteira de identificação, após a vigência de sua exclusão, o beneficiário o ressarcirá à contratada por meio da ANTAQ.

3.5. Dos Planos e Coberturas

3.5.1. Características Gerais:

3.5.1.1. A empresa contratada deverá permitir aos beneficiários amplo acesso aos profissionais e à rede de atendimento própria, credenciada ou cooperada.

3.5.1.2. Entende-se rede de atendimento própria e credenciada todos os profissionais e serviços complementares colocados à disposição dos beneficiários pela empresa contratada, como aptos a prestarem integralmente os serviços contratados.

3.5.1.3. A Contratada assegurará aos usuários do sistema o atendimento pleno e satisfatório pelos estabelecimentos que integram sua rede.

3.5.1.4. Os serviços prestados deverão atender integralmente ao disposto na Lei Federal n.º 9656/98 e legislação complementar pertinente, bem como dos procedimentos constantes no Rol de Procedimentos Odontológicos da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

3.5.1.5. As consultas em clínicas/consultórios odontológicos, particulares ou próprias da CONTRATADA, deverão atender aos beneficiários, se for o caso com hora marcada, sem limites de consulta.

3.5.1.6. Serviços complementares de apoio diagnóstico e tratamento deverão ser executados em clínicas especializadas, reconhecidas, capacitadas e que atendam convenientemente aos usuários.

3.5.1.7. A adesão dos beneficiários dependentes deverá se dar no mesmo Plano escolhido pelo respectivo beneficiário titular, dentre os oferecidos pela CONTRATADA.

3.5.2. Características Técnicas:

- 3.5.2.1. **Plano Básico:** cobrirá, os custos relativos aos serviços odontológicos mínimos previstos na Resolução Normativa ANS – RN nº. 428, de 7 de novembro de 2017, e as demais que estejam ou venham a ser previstas em alterações posteriores, além dos procedimentos abaixo descritos.

I - CONSULTAS

- Consulta de diagnóstico clínico, plano de tratamento e prognóstico.
- Exames periódicos de controle da saúde bucal.
- Consulta para curativo.
- Consulta para curativo pós-cirúrgico.
- Consulta de condicionamento.

II - ATENDIMENTO DE URGÊNCIA/EMERGÊNCIA (24h x 7d x 365a)

- Curativo e/ou sutura em caso de hemorragia bucal/labial.
- Curativo em caso de odontalgia aguda/pulpectomia/necrose.
- Imobilização dentária temporária.
- Recimentação de peça protética.
- Tratamento de alveolite.
- Colagem de fragmentos.
- Incisão e drenagem de abscesso extra-oral.
- Incisão e drenagem de abscesso intra-oral.
- Reimplante de dente avulsionado.
- Pericementite.
- Pericoronarite.
- Origem periodontal.

III - PROCEDIMENTOS DE RADIOLOGIA

- Radiografia periapical.
- Radiografia bite-wing.
- Radiografia oclusal.
- Exame radiodôntico com 14 radiografias periapicais.
- Radiografia panorâmica.
- Radiografia interproximal.

IV - PROCEDIMENTOS PREVENTIVOS

- Orientação em saúde bucal.
- Controle de placa Bacteriana com ou sem remoção de cálculo.
- Profilaxia e polimento coronário.

- Fluorteraía.
- Aplicação de selante.
- Coroa de Aço.
- Coroa de Policarbonato.
- Mantenedor de espaço em acrílico.
- Mantenedor de espaço com banda, coroa e arco lingual.
- Remineralização.
- Tratamento expectante.
- Teste de Vitalidade.
- Curativos Interceptivos e preventivos.

V - PROCEDIMENTOS DE DENTÍSTICA

- Aplicação de carióstático.
- Adequação do meio bucal.
- Restauração/substituição com amálgama em uma, duas, três ou mais faces.
- Restauração/substituição com foto-polimerizável em uma, duas, três ou mais faces.
- Restauração com ionômero de vidro.
- ~~Facetas estéticas~~ Facetas diretas.
- Ajuste oclusal.
- Reparo de restauração.
- Restauração de superfície radicular.

VI - PROCEDIMENTOS DE PERIODONTIA

- Raspagem supra gengival, com ou sem uso de ultra-som, e polimento coronário.
- Raspagem sub gengival e alisamento radicular/curetagem de bolsa periodontal.
- Gengivectomia/gengivoplastia.
- Aumento de coroa clínica.
- Cunho distal.
- Cirurgia periodontal a retalho.
- Sepultamento redicular.
- Ajuste Oclusal.
- Enxerto gengival por região.
- Avaliação periodontal e controle.
- Controle de placa supra e subgengival.

- Manutenção periodontal periódica.

VII - PROCEDIMENTOS DE ENDODONTIA

- Capeamento pulpar direto – excluindo restauração final.
- Pulpotomia.
- Remoção de núcleo intrarradicular/corpo estranho.
- Tratamento/Retratamento endodôntico unirradicular, birradicular e multirradicular.
- Tratamento endodôntico em dentes decíduos.
- Apexificação ou apacificação.
- Clareamento de dentes desvitalizados.
- Tratamento de raízes perfuradas/trepanadas.

VIII - PROCEDIMENTOS DE CIRURGIA

- Alveoloplastia.
- Apicetomia unirradicular.
- Apicetomia birradicular.
- Apicetomia multirradicular.
- Apicetomia unirradicular com obturação retrógrada.
- Apicetomia birradicular com obturação retrógrada.
- Apicetomia multirradicular com obturação retrógrada.
- Cirurgia de tótus unilateral.
- Cirurgia de tórus bilateral.
- Correção de tórus palatino ou mandibular.
- Correção de bridas musculares.
- Excisão de mucocèle.
- Excisão de rânula.
- Excisão de glândula submandibular ou sublingual.
- Excisão de parótida.
- Excisão de tumor de glândula salivar.
- Exodontia a retalho.
- Exodontia de raiz residual a nível gengival e em tecido ósseo
- Exodontia de raiz retentiva.
- Exodontia simples.
- Frenectomia labial ou lingual.
- Hemissecção com ou sem amputação radicular.

- Remoção de dentes semi-inclusos.
- Remoção de dentes retidos (inclusos e/ou impactados).
- Remoção de dente decíduo.
- Remoção de dente permanente.
- Remoção corpo estranho de seio maxilar
- Enucleação de Cisto.
- Drenagem de Abscesso intra e/ou oral.
- Correção de tuberosidade
- Redução cruenta (fratura alvéolo dentária).
- Redução incruenta (fratura alvéolo dentária).
- Sulcoplastia.
- Ulectomia.
- Rizectomia.
- Cunho Distal.
- Cirurgia de osteoma e odontoma
- Sinusotomia.
- Redução de luxação da ATM
- Tratamento cirúrgico de fístulas buconasais ou buco-sinusais com retalho
- Tratamento cirúrgico de tumores benignos e hiperplasia de tecidos ósseos/ cartilagosos na mandíbula/maxila
- Tratamento cirúrgico de tumores benignos e hiperplasia de tecidos moles na mandíbula/maxila
- Tratamento cirúrgico de tumores benignos odontogênicos sem reconstrução
- Remoção de cálculo salivar
- Plástica do canal de Stenon.

IX - PROCEDIMENTOS DE PRÓTESE

- Reembasamento de prótese.
- Consertos de prótese.
- Ajustes protéticos.

3.5.2.2. **Plano Superior:** compreende as coberturas do Plano Básico, acrescido dos seguintes procedimentos:

I - PROCEDIMENTOS DE PRÓTESE

- Restauração metalo-fundida (bloco).
- Restauração provisória em resina.
- Coroa 3/4 ou 4/5.
- Coroa total.
- Coroa Veneer (coroa total com face estética).
- Coroa de jaqueta em acrílico.
- Coroa provisória em resina.
- Núcleo metálico fundido.
- Remoção de núcleo metálico.
- Prótese fixa em metalo-plástica (por elemento).
- Prótese parcial fixa (ponte fixa).
- Prótese parcial removível unilateral em cromo-cobalto (Roach).
- Prótese parcial removível bilateral em cromo-cobalto (Roach).
- Prótese parcial removível provisória.
- Prótese total (dentadura).
- Prótese total provisória imediata.
- Coroa de policarbonato em odontopediatria.
- Coroa de porcelana.
- Coroa em metalo-cerâmica.
- Ponte fixa em metalo-cerâmica.
- Remoção de prótese fixa.
- Prótese adesiva metalo-plástica.
- Prótese adesiva metalo-cerâmica.
- Restauração Inlay-Onlay em resina.
- Restauração Inlay-Onlay em porcelana.

II - PROCEDIMENTOS DE ORTODONTIA

- Confecção de aparelhos fixos e móveis;
- Manutenção mensal;
- Radiografia ântero posterior e lateral do crânio e dos ossos da face;
- Radiografia das articulações têmporo-mandibulares;
- Telerradiografia lateral com e/ou traçado cefalométrico;
- Modelo de estudo;

- Documentação ortodôntica parcial e/ou completa;
- Tracionamento Ortodôntico.

III - Sistema de Livre Escolha de Prestador de Serviços Odontológicos

- O beneficiário do plano superior poderá optar por receber atendimento de profissionais não credenciados e receber, da contratada, um ressarcimento num valor correspondente a 03 (três) vezes o valor da Tabela de Referência da operadora, vigente à data do evento, **limitado ao valor total gasto pelo beneficiários**. Esse ressarcimento se refere a todo e qualquer procedimento/consulta/cirurgia prevista em contrato.
- A contratada no ato da assinatura do instrumento contratual deverá informar as condições necessárias para os beneficiários terem acesso a este ressarcimento, incluindo formulários e demais formas de solicitação.
- Para fins de ressarcimento, o servidor, ativo ou inativo, e o pensionista deverá apresentar a documentação adequada no prazo máximo de doze meses, contados da data do evento, sob pena de perder o direito ao ressarcimento.
- Esse ressarcimento deverá ser realizado em no máximo 30 (trinta) dias, após sua solicitação.

3.6. Reembolso de Despesas

3.6.1. Será assegurado o reembolso dos valores decorrentes de atendimentos prestados em território nacional, ao beneficiário, com assistência odontológica, quando não for possível a utilização de serviços contratados ou credenciados/cooperados pela contratada, de acordo com o contido nas tabelas praticadas pelo plano, sempre que:

- a) O serviço for realizado em localidade, pertencente à área de abrangência geográfica do plano, onde não houver profissional da rede de serviço habilitado para prestar o atendimento;
- b) Se configurar urgência e/ou emergência devidamente justificada em relatório pelo profissional que executou o procedimento;
- c) Houver paralisação do atendimento pela rede de serviços ou interrupção do atendimento em determinadas especialidades.

3.6.2. O pagamento do reembolso será efetuado de acordo com os valores da Tabela de Referência da operadora, vigente à data do evento, no prazo máximo de trinta dias contados da apresentação dos documentos em via original abaixo elencados, que posteriormente serão devolvidos em caso de reembolso parcial:

- a) Conta discriminativa das despesas, incluindo relação com materiais, medicamentos e radiografias efetuadas, com preços por unidade, juntamente com as faturas ou notas fiscais.
- b) Recibos originais de pagamento dos honorários do dentista, devidamente assinado e com carimbo do CRO e CPF/CNPJ;

- c) Relatório do profissional responsável, discriminando: o tipo de procedimento executado, dente e/ou região e valor unitário de cada procedimento.

3.6.3. Para fins de reembolso, o servidor, ativo ou inativo, e o pensionista deverá apresentar a documentação adequada no prazo máximo de doze meses, contados da data do evento, sob pena de perder o direito ao reembolso.

3.7. Mecanismos de Regulação

3.7.1. O beneficiário poderá se utilizar dos dentistas ou instituições relacionadas na rede de serviço da contratada, de acordo com o plano subscreto por ele ou seu órgão ou entidade, exclusivamente para o atendimento decorrente de riscos cobertos. Ao utilizar a rede referenciada ou contratada/cooperada, o beneficiário não fará qualquer desembolso, cabendo à operadora efetuar o pagamento diretamente ao referenciado ou contratado, em nome e por conta do servidor.

3.7.2. O pagamento das despesas cobertas pelo plano odontológico será efetuado diretamente ao referenciado ou contratado, desde que atestados pelo beneficiário.

3.7.3. No ato do atendimento o beneficiário deverá apresentar documento de identidade, juntamente com o cartão da operadora do plano odontológico.

3.7.4. A operadora poderá exigir autorização prévia para a realização de procedimentos conforme disposto em contrato ou convênio, devendo dar ampla publicidade destes mecanismos a seus segurados.

3.7.5. Nos casos em que a operadora estabelecer autorização prévia, deverá ser garantida a avaliação do atendimento pelo profissional avaliador no prazo máximo de um dia útil, contados da data da solicitação, para a definição dos casos de aplicação das regras de regulação, ressalvadas as hipóteses de urgência ou de emergência.

3.7.6. Em caso de divergência odontológica na concessão da autorização prévia, para dirimir o conflito, será instaurada junta médica no prazo máximo de quarenta e oito horas contadas da formalização do processo.

3.7.7. A junta odontológica será constituída por três membros, sendo o requerente do procedimento ou membro nomeado pelo beneficiário, um dentista da operadora, e terceiro membro escolhido consensualmente pelos dois demais profissionais, cuja remuneração ficará a cargo da operadora.

3.7.8. A marcação de consultas, radiografias e quaisquer outros procedimentos deve ser feita de forma a atender às necessidades especiais dos beneficiários, bem como aqueles com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, gestantes, lactantes e lactentes, e crianças até 5 (cinco) anos de idade.

3.7.9. A contratada não se responsabilizará pelo pagamento de quaisquer serviços eventualmente utilizados de maneira diversa do acordado.

3.8. Rede Credenciada

3.8.1. A contratada deverá oferecer rede credenciada de assistência odontológica, em todo território nacional, distribuída, principalmente nas capitais e cidades listadas ~~no item 4 deste estudo~~.

(no item 8.1.1. deste TR)

3.8.2. ~~A rede credenciada deverá conter no mínimo 03 (três) credenciados para cada especialidade da odontologia, inclusive clínica de radiologia odontológica em cada localidade elencada no item 4.~~ A rede credenciada deverá conter no mínimo 03 (três) credenciados para cada especialidade da odontologia, inclusive clínica de radiologia odontológica para capitais e 01 (um) credenciado para os demais municípios, elencados no item 8.1.1.

3.8.3. Caso não for possível o credenciamento mínimo, conforme item anterior, deverá a contratada credenciar o número existente na localidade.

3.8.4. Manter a rede credenciada em número igual ou superior ao apresentado na proposta. (alterou numeração)

3.9. Prazos de Carências

3.9.1. Deverão ser cumpridas, no máximo, as seguintes carências, específicas para os serviços:

- a) Urgência e emergência: 24 horas;
- b) Procedimentos simples: 30 DIAS;
- c) Cirurgias, endodontia, próteses e outros procedimentos especializados: 180 dias.

3.9.2. Não estará obrigado ao cumprimento de nova carência o servidor em licença sem remuneração, afastamento legal ou suspensão temporária de remuneração, quando solicitar sua inscrição, e as dos seus dependentes, no prazo de 30 dias contados da data do seu retorno.

3.9.3. A Contratada admitirá a transferência de beneficiário de um plano de custo menor para outro de custo maior e de um custo maior para outro de custo menor, desde que o referido beneficiário se responsabilize pelo

pagamento da diferença existente entre um plano e o outro.

3.9.4. Na transferência de beneficiário de um plano de custo menor para outro de custo maior sofrerá carência de 90 dias para utilização dos serviços do plano de custo maior.

3.9.5. No mês de aniversário do contrato não haverá carências para novas adesões e nem para transferência de um plano de custo menor para outro de custo maior.

3.9.6. Fica assegurado aos dependentes dos beneficiários titulares entre 21 e 24 anos de idade, que porventura percam a condição de estudante, o direito de, ao readquiri-la, retornar à situação de beneficiário dependente, sem o período de carência previsto neste edital;

3.10. Disposições Gerais

3.10.1. Os serviços de pronto-socorro devem dar atendimento odontológico de urgência e emergência, durante 24 horas diárias, inclusive sábados, domingos e feriados, em condições de exames complementares de diagnóstico.

3.10.2. Os casos omissos serão dirimidos pela Coordenadoria de Cargos, Benefícios e Legislação Aplicada – CBL da Gerência de Recursos Humanos da ANTAQ, em conjunto com a contratada.

3.11. Do Custeio

3.11.1. O Plano de Assistência odontológica será custeado parte com recursos consignados no orçamento da ANTAQ e parte com o pagamento direto dos beneficiários titulares do plano odontológico, de acordo com a Portaria MP n.º 8 de 13 de janeiro de 2016.

3.11.2. A CONTRATADA será responsável pela cobrança da participação do beneficiário titular.

3.11.3. A cobrança referida no item anterior deverá ser consignada em folha de pagamento, de acordo com o disposto na legislação vigente.

3.12. REFERÊNCIA NORMATIVA

3.12.1. A contratação dos serviços de assistência odontológica será regida por:

- Constituição Federal, de 05/10/1988;
- Lei nº. 8.666, de 21/06/1993, e alterações posteriores;
- Lei nº. 9.656, de 03/06/1998, e alterações posteriores;
- Lei nº. 8.112, de 11/12/1990, e alterações posteriores;
- Lei nº. 8.078/90, de 11/09/1990, e alterações posteriores;
- Decreto nº. 4.978/2004 e alterações posteriores;

- Normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS;
- Portaria Normativa SEGRT/MPDG nº 1 de 9 de março de 2017.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 4.1. Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.
- 4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.
- 4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:
 - 5.1.1. Apresentação de atestado(s) de Capacidade Técnica, em nome da licitante, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando que a licitante tenha prestado ou esteja prestando serviços em âmbito nacional pertinentes e compatíveis com o objeto e as quantidades de beneficiários constante do Termo de Referência.
 - 5.1.2. Apresentação de Registro válido junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, para comprovar que a licitante está apta à comercializar os produtos (Planos) cotados, de acordo com o disposto na Lei nº 9.656/98;
 - 5.1.3. Em caso de participação de Cooperativas, deverão ser apresentadas certidões da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) - todas as capitais - referentes a todas as Cooperativas que sejam responsáveis pela prestação dos serviços (Acórdão 306/06 – TCU- 1ª. Câmara e Acórdão 668/05 – TCU - Plenário). Deverão ainda apresentar o manual de intercâmbio ou documento similar que confirme a existência de compromisso de relacionamento com outra(s) cooperativa(s) para prestação de serviços fora de sua área de competência;
 - 5.1.4. No momento da assinatura do contrato, a empresa vendedora deverá apresentar:
 - 5.1.4.1. Documentos que comprovem a existência de profissionais credenciados, hospitais, centros médicos, clínicas, laboratórios, centros radiológicos, referentes a todos os procedimentos do Rol de Procedimentos Odontológicos editados pela ANS, que devem também estar disponíveis em sítios, (sites na Internet) com informações atualizadas, sobre como identificar a rede credenciada, cooperada ou própria nacional;
 - 5.1.4.2. Declaração de que a licitante disporá de serviço de discagem direta gratuita (DDG) para atendimento ou informações sobre os serviços contratados;
 - 5.1.4.3. Comprovante de Registro na entidade profissional competente (Conselho Regional de Odontologia/CRO);
 - 5.1.4.4. Declaração da própria licitante informando:
 - 5.1.4.4.1. Que possuirá, na data de assinatura do contrato, cobertura e

custeio de atendimento em rede credenciada, cooperada ou própria, através de um número de credenciados suficiente para atender ao grupo de beneficiários nacionalmente.

5.1.4.4.2. Que possuirá instalações, pessoal qualificado, estrutura de suporte para troca de informações (oral e redigida) com a Contratante, suficientes para atender prontamente as demandas inerentes ao objeto a ser contratado.

5.1.4.4.3. Apresentação de Certidão emitida pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, vinculada ao Ministério da Saúde, contemplando o número de registro de funcionamento da licitante.

5.1.5.A licitante deverá comprovar, na data da assinatura do contrato, que celebrou e está vigente convênio com o Ministério da Economia, conforme a PORTARIA Nº 110, DE 13 DE ABRIL DE 2016, desse Ministério, para fins de operacionalização dos descontos do plano odontológico. Além de apresentar os seguintes documentos:

5.1.5.1. Tabela de serviços e procedimentos odontológicos, com respectivos valores, praticados pela contratada, inclusive para questões de reembolso;

5.1.5.2. Comprovante de Registro na entidade profissional competente (Conselho Regional de Odontologia/CRO).

5.1.6.Cabe informar que o serviço odontológico é serviço comum e está de acordo com os parâmetros definidos nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei nº 10.520/2002.

5.1.7.O serviço a ser contratado enquadra-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

5.1.8.A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5.1.9.O contrato terá duração de 12 (doze) meses, contada a partir da assinatura do mesmo, podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, até o limite a 60 (sessenta) meses, de acordo com o inciso II, do art.57, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

5.1.10. Esse tipo de contratação não se identificou a necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnica empregadas.

5.1.11. Segue quadro abaixo identificando as soluções de mercado:

| FORNECEDORES |
|--|
| PRODENT - ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA LTDA. |
| HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA |
| LIS DENTAL LTDA |
| INSTITUTO DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA ODONTOLOGICA LTDA |
| ASSEFAZ |

5.2. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- 6.1.1. Em até 5 (cinco) dias após a assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá fornecer acesso a sistema próprio de gestão do plano contratado, via internet, controlado por senha de acesso, que permita a ANTAQ realizar consultas, movimentações cadastrais relativas aos serviços prestados, de forma a acompanhar a sua utilização, adesão, alteração, exclusão e transferência entre grupos dos beneficiários dos planos contratados, bem como consulta da rede credenciada.
- 6.1.2. O referido sistema deverá disponibilizar relatórios mensais de utilização, adesões, alterações, exclusões e transferências, bem como de toda parte financeira relativo ao contrato.
- 6.1.3. Todas as movimentações cadastrais mensais deverão ser realizadas pela CBL/GRH, por meio do sistema de gestão, com vigência a partir da solicitação do servidor, quando houver efeito financeiro será pro rata, por meio de formulário próprio da CONTRATADA.
- 6.1.4. Caso não for possível fazer as movimentações cadastrais, por meio do sistema de gestão, a CBL/GRH enviará as movimentações por e-mail a contratada que terá até 02 (dois) dias úteis para realizar as movimentações.

6.2. A execução dos serviços será iniciada a partir **da assinatura do contrato**, na forma que segue:

- 6.2.1. Adesão ao plano odontológico é facultativa e deverá ser solicitada pelo servidor na Coordenadoria de Cargos, Benefícios e Legislação Aplicada – CBL, com abertura de processo no Sistema Eletrônico de Informação – SEI.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO:

7.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- 7.1.1. A execução do Contrato e a respectiva prestação dos serviços serão acompanhadas e fiscalizadas por servidores da Coordenadoria de Cargos, Benefícios e Legislação Aplicada da Gerência e Recursos Humanos da ANTAQ, a serem designados pela Gerência de Licitações e Contratos - GLC, na condição de representantes da CONTRATANTE.
- 7.1.2. Será designado um Gestor do Contrato e respectivo substituto para o Contrato celebrado.
- 7.1.3. Ao Gestor compete acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução do Contrato e dos respectivos serviços, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que surgirem no curso de sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas, ou problemas observados, conforme prevê o art. 67, da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações.
- 7.1.4. Dos mecanismos de comunicação entre a entidade e a prestadora de serviços:
 - 7.1.4.1. A comunicação entre as partes será realizada primordialmente por meio telefônico e correio eletrônico (e-mail) funcional.
- 7.1.5. A medição dos serviços será realizada pelo gestor do contrato, mensalmente, onde serão observados 02 (dois) parâmetros, a saber:
 - 7.1.5.1. Os valores descontados em folha de pagamento dos servidores, beneficiários do plano odontológico contratado, referente a participação do servidor; e
 - 7.1.5.2. Os valores descontados em folha de pagamento dos servidores, beneficiários do plano odontológico contratado, referente a participação da ANTAQ (“per capita” relativo a cada Beneficiário Titular e seus dependentes legais, valor definido pela Portaria MP n.º 8 de 13 de janeiro de 2016).

8. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

8.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

8.1.1. A proposta deverá considerar a estimativa de 501 (quinhentos e um) beneficiários, sendo 148 beneficiários titulares e 353 dependentes constantes na tabela a seguir:

| SITUAÇÃO ATUAL DO QUADRO DE SERVIDORES E DEPENDENTES | | | | | ESTIMATIVA DE SERVIDORES E DEPENDENTES | | |
|--|----------------------|----------|------------|----------------|--|------------|----------------|
| UF | CIDADE | SERVIDOR | DEPENDENTE | TOTAL DE VIDAS | SERVIDOR | DEPENDENTE | TOTAL DE VIDAS |
| AM | MANAUS | 13 | 22 | 35 | 4 | 10 | 14 |
| BA | SALVADOR | 15 | 19 | 34 | 4 | 11 | 15 |
| DF | BRASÍLIA | 286 | 499 | 785 | 86 | 214 | 300 |
| CE | FORTALEZA | 11 | 18 | 29 | 3 | 8 | 11 |
| ES | VITÓRIA | 10 | 15 | 25 | 3 | 7 | 10 |
| MA | SÃO LUÍS | 7 | 11 | 18 | 2 | 5 | 7 |
| MS | CORUMBÁ | 4 | 17 | 21 | 2 | 3 | 5 |
| PA | BELÉM | 19 | 51 | 70 | 6 | 14 | 20 |
| | SANTARÉM | 2 | 4 | 6 | 1 | 1 | 2 |
| PE | RECIFE | 11 | 27 | 38 | 3 | 8 | 11 |
| PB | JOÃO PESSOA | 2 | 3 | 5 | 1 | 1 | 2 |
| PR | CURITIBA | 7 | 18 | 25 | 2 | 5 | 7 |
| RJ | RIO DE JANEIRO | 39 | 93 | 132 | 12 | 29 | 41 |
| RO | PORTO VELHO | 9 | 19 | 28 | 3 | 7 | 10 |
| RS | PORTO ALEGRE | 8 | 18 | 26 | 3 | 6 | 9 |
| | RIO GRANDE | 2 | 1 | 3 | 1 | 1 | 2 |
| SC | FLORIANÓPOLIS | 10 | 25 | 35 | 3 | 7 | 10 |
| | IMBITUBA | 3 | 8 | 11 | 1 | 2 | 3 |
| | ITAJAÍ | 2 | 3 | 5 | 1 | 1 | 2 |
| | SÃO FRANCISCO DO SUL | 2 | 2 | 4 | 1 | 1 | 2 |
| SP | SÃO PAULO | 11 | 16 | 27 | 4 | 8 | 12 |
| | SANTOS | 6 | 10 | 16 | 2 | 4 | 6 |
| TOTAL GERAL | | 479 | 899 | 1378 | 148 | 353 | 501 |

8.1.2. Deverá dispor aos beneficiários duas modalidades de plano odontológico, sendo uma básica e outra superior, ficando a critério do titular a escolha do plano contratado. Os dependentes deverão estar, obrigatoriamente, na mesma modalidade do titular. Não será possível a inclusão de dependentes sem a inclusão do titular.

8.1.3. O rol de procedimentos a serem adotados nas modalidades Básica e Superior constam do item 3 do Termo de Referência.

8.1.4. Para cada modalidade, a CONTRATADA deverá especificar o custo mensal de cada beneficiário.

8.1.5. A CONTRATADA deverá apresentar durante o certame o Modelo de Proposta Comercial constante do ANEXO II do Termo de Referência.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente

designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

9.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas; Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

9.4. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.5. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

9.5.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

9.5.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

9.5.3. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

9.6. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

9.7. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

9.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

9.9. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

9.10. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

9.11. Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada.

9.12. A Contratante será responsável pelo repasse do valor "per capita" relativo a cada Beneficiário Titular e seus dependentes legais, valor definido pela Portaria MP n.º 8 de 13 de janeiro de 2016.

9.13. Efetuar cadastramento dos dependentes dos servidores no SIAPE - Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos da Administração Pública Federal.

9.14. Notificar à contratada, por escrito, através de ofício ou comunicação por correio eletrônico (email), os beneficiários que, por qualquer motivo, deixarem de possuir direito ao atendimento odontológico prestado pela empresa, ficando resguardado, contudo, o atendimento até o último dia da cobertura cujo pagamento já tenha sido realizado.

9.15. Comunicar à contratada a exclusão de beneficiários em virtude de óbito, separação, divórcio, mudança de estado civil, retorno ao órgão ou entidade de origem e maioridade do filho (a).

9.16. Informar falhas e ocorrências detectadas à Contratada com vistas à adoção das medidas que se façam necessárias.

9.17. Efetuar averiguações periódicas e adotar procedimentos objetivando a regularidade e correção da assistência odontológica contratada, devendo comunicar à contratada, por escrito, através de ofício ou comunicação por correio eletrônico (email), toda e qualquer irregularidade observada.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta;

10.2. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.

10.3. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

10.4. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado;

10.5. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.6. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

10.7. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta.

10.8. Fornecer à contratante, sem qualquer custo adicional, carteira de identificação individualmente para cada beneficiário, com prazo de validade igual ao da duração do contrato, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de assinatura do contrato, para os beneficiários do grupo inicial, e a partir da data de inclusão no plano, para os beneficiários cadastrados posteriormente.

10.9. Disponibilizar para entrega imediata ao beneficiário, devidamente identificado, a segunda via do cartão de identificação, sem qualquer ônus adicional, em casos de perda, roubo, retificação ou desmagnetização do cartão do beneficiário.

10.10. Garantir a continuidade dos serviços que vinham sendo prestados pela anterior contratada, aos beneficiários em qualquer tratamento odontológico quando da assinatura do contrato, cuja interrupção venha a prejudicar sua recuperação.

10.11. Designar um funcionário responsável pelo relacionamento com a CONTRATANTE.

10.12. Realizar os lançamentos dos valores da cota parte a ser descontada do servidor via Sistema de Administração de Pessoal Civil - SIAPE – disponibilizado por meio de convênio com o Ministério da Economia, conforme a PORTARIA Nº 110, DE 13 DE ABRIL DE 2016.

10.13. Os descontos referentes à mensalidade do servidor e respectivos dependentes serão feitos, preferencialmente, em folha de pagamento, podendo ser pactuado, no Termo de Adesão, outras modalidades, tais como cobrança bancária ou boleto, nos casos de insuficiência da margem consignável, afastamentos sem remuneração ou licenças previstas em lei.

10.14. Efetuar a cobrança direta de valores que não foram descontados aos servidores por motivo de falta de margem consignável.

10.15. Solicitar ao beneficiário, diretamente, informações necessárias à complementação

administrativa do procedimento de reembolso, cuja efetivação se dará em 30 dias, por meio de depósito em conta corrente do beneficiário, a partir da apresentação da solicitação do ressarcimento, da nota fiscal das despesas odontológicas.

10.16. Atualizar mensalmente na sua página web a relação dos profissionais e entidades prestadoras dos serviços credenciados e notificar de forma imediata à Contratante as alterações na sua rede credenciada.

10.17. Comunicar à Contratante a ocorrência de qualquer fato impeditivo à fiel execução do contrato.

10.18. Manter ativa, durante a vigência do contrato, quantidades iguais ou superiores de estabelecimentos e profissionais constantes da rede credenciada informada quando da contratação, avisando tempestivamente eventuais alterações, respeitando-se o padrão de qualidade dos estabelecimentos e serviços oferecidos.

10.19. Garantir serviços de pronto-socorro em funcionamento durante 24 horas diárias, inclusive aos sábados, domingos e feriados, em condições de exames complementares de diagnósticos.

10.20. Assumir plena responsabilidade legal, administrativa e técnica pela execução e qualidade dos serviços.

10.21. Providenciar a imediata correção das deficiências nos serviços contratados, comunicadas pela Contratante.

10.22. Responder pelas despesas de encargos trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, decorrentes da execução deste contrato.

10.23. A contratada deverá possuir, na data de assinatura do contrato, de serviço de discagem direta gratuita (DDG) para atendimento remoto (0800 e/ou via internet) disponível 24 horas diárias, inclusive sábados, domingos e feriados, para os esclarecimentos que se fizerem necessários aos beneficiários.

10.24. A Contratada deverá apresentar, no ato de assinatura do instrumento contratual, a lista dos procedimentos para os quais será exigida autorização prévia e a tabela de referência (reembolso).

10.25. As autorizações ou justificativas dos indeferimentos das mesmas deverão obedecer ao prazo máximo de 02 (dois) dias úteis do respectivo pedido, ressalvadas as situações de urgências e emergências, nas quais deverão ser imediatamente autorizadas, para posterior discussão ou ressarcimento.

10.26. Assegurar aos beneficiários a autorização para procedimentos de forma ágil, através de telefone ou internet/senha eletrônica.

10.27. Mensalmente, a Contratada deverá apresentar relatórios gerenciais com informações dos principais tipos de uso, mudanças e exclusões do plano.

10.28. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas à execução do contrato, originalmente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.

10.29. A Contratada deverá sanar toda e qualquer inconsistência na movimentação de beneficiários em até ~~24 horas~~ (02) dias úteis após ter sido comunicada.

10.30. A Contratada, quando questionada a respeito do Contrato deverá responder, impreterivelmente, em 5 dias úteis, sob pena de advertência.

11. DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

12. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

12.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

13.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

13.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

13.4. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.5. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.6. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

13.7. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o *Instrumento de Medição de Resultado (IMR)*, conforme modelo previsto no **Anexo I**, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

13.7.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

13.8. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

13.9. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

13.10. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

13.11. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

13.12. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

13.13. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços

13.14. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

13.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

14. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

14.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

14.2. No prazo de até *5 dias corridos* do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

14.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

14.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

14.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato

14.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou

materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

14.3.2. No prazo de até *10 dias corridos* a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

14.3.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

14.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

14.3.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

14.4. No prazo de até *10 (dez) dias corridos* a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

14.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

14.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

14.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

14.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

14.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

15. DO PAGAMENTO

15.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de **10 (dez)** dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

15.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser

efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência

15.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

15.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

15.4.1. o prazo de validade;

15.4.2. a data da emissão;

15.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

15.4.4. o período de prestação dos serviços;

15.4.5. o valor a pagar; e

15.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

15.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

15.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

15.6.1. não produziu os resultados acordados;

15.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

15.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

15.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

15.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

15.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

15.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

15.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

15.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

15.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

15.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

15.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

15.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

15.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

16. REAJUSTE

16.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

16.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice **IPCA** exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

16.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

16.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA

obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

16.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

16.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

16.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

16.7. Independente do reajuste pelo índice **IPCA**, os valores contradados poderão ser reajustados, anualmente, levando-se em conta a elevação de preços observados para cada componente do custo dos serviços, inclusive materiais, que também poderá ser revisto se houver utilização comprovada acima da média normal (60% ou 0,6: índice resultante da divisão dos eventos odontológicos pela contraprestação), acréscimo de novos métodos de tratamento, inclusão de procedimentos obrigatórios cobertos ou aumento comprovado dos custos dos serviços que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro.

16.7.1. A utilização comprovada acima da média é constatada quando o nível de sinistralidade ultrapassar o índice de 60% (**MS**), cuja base é a proporção entre as despesas assistenciais e as receitas diretas do plano, apuradas no período de 12 meses consecutivos, contado da data limite da para apresentação de propostas.

16.7.2. Neste caso, para o cálculo do percentual de reajuste será aplicada a seguinte fórmula: $R = (S / MS) - 1$ Onde: **R = Reajuste; S = Sinistralidade apurada no período (Mínimo de 12 meses) dividida por MS = Meta de Sinistralidade expressa neste contrato, subtraindo-se deste resultado menos um inteiro.**

16.8. Na hipótese de se constatar a necessidade de aplicação do reajuste por sinistralidade, previsto no item 16.7, o mesmo deverá ser procedido de forma complementar ao especificado no item 16.1.1. e na mesma data, de forma a garantir a anualidade dos reajustes.

16.9. O reajuste será realizado por apostilamento. (alterou numeração)

17. GARANTIA DA EXECUÇÃO

17.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

17.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

17.2.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

17.2.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

17.3. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um

período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

17.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

17.4.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

17.4.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

17.4.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

17.4.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

17.5. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

17.6. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

17.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia, autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

17.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

17.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

17.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da data em que for notificada.

17.11. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

17.12. Será considerada extinta a garantia:

17.12.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

17.12.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

17.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

17.14. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

- 18.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 18.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 18.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 18.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou
- 18.1.5. cometer fraude fiscal.

18.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

18.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

18.2.2. **Multa de:**

18.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

18.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

18.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

18.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

18.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

18.2.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

18.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

18.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos

18.2.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração

administrativa no subitem **18.1** deste Termo de Referência.

18.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

18.3. As sanções previstas nos subitens **18.2.3, 18.2.4 e 18.2.5** poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

18.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

| GRAU | CORRESPONDÊNCIA |
|------|--|
| 1 | 0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato |
| 2 | 0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato |
| 3 | 0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato |
| 4 | 1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato |
| 5 | 3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato |

TABELA 2

| INFRAÇÃO | | |
|--|--|------|
| ITEM | DESCRIÇÃO | GRAU |
| 1 | Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento; | 5 |
| 2 | Quebrar o sigilo sobre documentos e dados que tiver acesso, em decorrência da execução do Contrato; | 3 |
| 3 | Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia; | 1 |
| 4 | Não apresentar, no ato da assinatura do contrato, relação dos serviços prestados e profissionais credenciados; | 3 |
| 5 | Efetuar cobrança irregular de qualquer beneficiário. | 4 |
| 6 | Mantiver em suas listas de credenciados profissionais que já foram descredenciados há mais de 30 dias e/ou que não realizam os procedimentos indicados pela CONTRATADA. | 3 |
| Para os itens seguintes, deixar de: | | |
| 7 | Fornecer à contratante, sem qualquer custo adicional, carteira de identificação individualmente para cada beneficiário, com prazo de validade igual ao da duração do contrato, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de assinatura do contrato, para os beneficiários do grupo inicial, e a partir da data de inclusão no plano, para os beneficiários cadastrados posteriormente; | 1 |

| | | |
|----|--|---|
| 8 | Cumprir determinação formal ou instrução do fiscalizador, por ocorrência; | 2 |
| 9 | emitir relatórios gerenciais. | 2 |
| 10 | Manter ativa, durante a vigência do contrato, quantidades iguais ou superiores de estabelecimentos e profissionais constantes da rede credenciada informada quando da contratação, avisando tempestivamente eventuais alterações, respeitando-se o padrão de qualidade dos estabelecimentos e serviços oferecidos; | 3 |
| 11 | Disponibilizar Serviço de Atendimento 24 (vinte e quatro) horas, através de ligação gratuita (0800) para informações pertinentes aos serviços. | 1 |
| 12 | Indicar representante ou gestor credenciado na sede da CONTRATANTE, com poder decisório | 2 |
| 13 | Cumprir quaisquer dos itens do edital e de seus anexos não previstos nesta tabela de multas, por item e por ocorrência; | 1 |
| 14 | Cumprir quaisquer dos itens do edital e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência. | 2 |

18.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

18.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

18.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

18.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

18.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

18.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

18.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de **30 (trinta)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

18.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

18.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

18.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

18.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas

como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

18.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

18.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

19. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

19.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

19.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

19.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pela **CONTRATADA** serão:

19.3.1. Atestado(s) de Capacidade Técnica, em nome da licitante, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando que a licitante tenha prestado ou esteja prestando serviços pertinentes e compatíveis com o objeto e as quantidades de beneficiários constante deste Termo de Referência.

19.3.2. Apresentação de Registro válido junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, para comprovar que a licitante está apta à comercializar os produtos (Planos) cotados, de acordo com o disposto na Lei nº 9.656/98;

19.3.3. Na hipótese de participação de Cooperativas, deverão ser apresentadas certidões da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) - todas as capitais - referentes a todas as Cooperativas que sejam responsáveis pela prestação dos serviços (Acórdão 306/06 – TCU- 1ª. Câmara e Acórdão 668/05 – TCU - Plenário). Deverão ainda apresentar o manual de intercâmbio ou documento similar que confirme a existência de compromisso de relacionamento com outra(s) cooperativa(s) para prestação de serviços fora de sua área de competência;

~~19.3.4. Documentos que comprovem a existência de profissionais credenciados, hospitais, centros médicos, clínicas, laboratórios, centros radiológicos, referentes a todos os procedimentos do Rol de Procedimentos Odontológicos editados pela ANS, que devem também estar disponíveis em sites, (sites na Internet) com informações atualizadas, sobre como identificar a rede credenciada, cooperada ou própria nacional;~~

19.3.5. Declaração de que a licitante disporá de serviço de discagem direta gratuita (DDG) para atendimento ou informações sobre os serviços contratados;

19.3.6. Comprovante de Registro na entidade profissional competente (Conselho Regional de Odontologia/CRO);

19.3.7. Declaração da própria licitante informando:

19.3.7.1. Que possuirá, na data de assinatura do contrato, cobertura e custeio de atendimento em rede credenciada, cooperada ou própria, através de um número de credenciados suficiente para atender ao grupo de beneficiários nacionalmente.

19.3.7.2. Que possuirá instalações, pessoal qualificado, estrutura de suporte para troca de informações (oral e redigida) com a Contratante, suficientes

para atender prontamente as demandas inerentes ao objeto a ser contratado.

19.3.8. Apresentação de Certidão emitida pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, vinculada ao Ministério da Saúde, contemplando o número de registro de funcionamento da licitante.

19.3.9. Na hipótese de participação de cooperativas, deverá ser apresentada certidão da ANS, referente a todas as cooperativas que sejam responsáveis pela prestação de serviços.

19.4. Os critérios de formação e aceitabilidade de preços terá o seguinte formato:

19.4.1. Será vencedor a empresa que apresentar o Menor Preço Global, sendo as propostas ranqueadas em ordem crescente;

19.4.2. O Preço Global (PG) será a multiplicação do Preço Composto (PC) pelo número total de beneficiários estimados (501) e por 12 meses, conforme fórmula abaixo:

$$PG = PC \times 501 \times 12$$

19.4.3. O Preço Composto (PC) será dado pela média ponderada dos preços por beneficiários de cada modalidade - Preço por Beneficiário da Modalidade Básica

$$PC = \frac{[(PBMB \times 60) + (PBMS \times 40)]}{100}$$

(PBMB) e Preço por Beneficiário Modalidade Superior (PBMS), conforme fórmula abaixo:

19.5. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

20. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

20.1. O custo estimado da contratação é de **R\$ 29.966,81 (vinte e nove mil, novecentos e sessenta e seis reais e oitenta e um centavos) mensal, sendo que o valor global anual estimada é de R\$ 359.601,77 (trezentos e cinquenta e nove mil, seiscentos e um reais e setenta e sete centavos).**

21. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

21.1. A despesa decorrente da prestação de serviços objeto do contrato correrá à conta de verba própria constante do Orçamento da ANTAQ, enquadrando-se na Atividade 26.301.2101.2004.0001-Assistência Médica e odontológica aos servidores - Nacional e Natureza de Despesa - 3390.93 - Indenizações e Restituições - Ressarcimento de Assistência Médica/Odontológica.

Brasília 03/03/2020.

Alexandre Dutra Maia
Coordenador de Cargos, Benefícios e Legislação Aplicada

Marcos Scala Feitosa
Analista Administrativo – CBL

ANEXO I

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários-ANTAQ, CNPJ n.º 04.903.587/0001-08, com sede na SEPN Quadra 514, Conjunto E, Asa Norte -Edifício ANTAQ - Brasília/DF, representada neste ato por _____, em seqüência denominada simplesmente Contratante; e a pessoa jurídica, CNPJ n.º _____, com sede na _____, neste ato representada por _____, portador do CPF n.º _____ e da Cédula de Identidade RG n.º _____, daqui por diante denominada simplesmente **Contratada**, firmam o presente **Instrumento de Medição de Resultado-IMR**, com o anexo ao contrato de prestação de serviços de assistência odontológica, com abrangência nacional, a fim de atender servidores ativos e inativos da ANTAQ, seus dependentes e pensionistas.

- Definição:** Instrumento de Medição de Resultado-IMR ou Acordo de Nível de Serviços-ANS é o mecanismo que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação dos serviços e respectivas adequações de pagamento.
- Objetivo a atingir:** prestação do serviço em elevados níveis de qualidade, para fins de eficiência e economicidade.
- Forma de avaliação:** definição de situações (indicadores) que caracterizem o não atingimento do objetivo, e atribuição de grau de correspondência de 1 a 5, de acordo com os Indicativos de metas a cumprir, compreendendo descontos de 0,2% a 3,2% do valor mensal contratado.
- Descontos x sanções administrativas:** embora a aplicação de índices aos indicativos seja instrumento de gestão contratual, não configurando sanção, a Administração da Contratante poderá, pelo nível crítico de qualidade insuficiente em qualquer dos indicativos, aplicar as penalidades previstas em contrato, ficando desde já estabelecido que, quando o percentual de descontos no mês for superior a 10% (dezpor cento), poderá restar caracterizada inexecução parcial do contrato, o que implicará na abertura de procedimento de aplicação de sanção administrativa, nos termos da Lei e do Contrato, observada o contraditório e ampla defesa.
- Especificação da falha e do respectivo grau em que se enquadra - tabela 01:

| INFRAÇÃO | | |
|----------|---|------|
| ITEM | DESCRIÇÃO | GRAU |
| 1 | Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento; | 5 |
| 2 | Quebrar o sigilo sobre documentos e dados que tiver acesso, em decorrência da execução do Contrato; | 3 |
| 3 | Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia; | 1 |
| 4 | Não apresentar, no ato da assinatura do contrato, relação dos serviços prestados e profissionais credenciados; | 3 |
| 5 | Efetuar cobrança irregular de qualquer beneficiário. | 4 |

| | | |
|--|--|---|
| 6 | Mantiver em suas listas de credenciados profissionais que já foram descredenciados há mais de 30 dias e/ou que não realizam os procedimentos indicados pela CONTRATADA. | 3 |
| Para os itens seguintes, deixar de: | | |
| 7 | Fornecer à contratante, sem qualquer custo adicional, carteira de identificação individualmente para cada beneficiário, com prazo de validade igual ao da duração do contrato, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de assinatura do contrato, para os beneficiários do grupo inicial, e a partir da data de inclusão no plano, para os beneficiários cadastrados posteriormente; | 1 |
| 8 | Cumprir determinação formal ou instrução do fiscalizador, por ocorrência; | 2 |
| 9 | emitir relatórios gerenciais. | 2 |
| 10 | Manter ativa, durante a vigência do contrato, quantidades iguais ou superiores de estabelecimentos e profissionais constantes da rede credenciada informada quando da contratação, avisando tempestivamente eventuais alterações, respeitando-se o padrão de qualidade dos estabelecimentos e serviços oferecidos; | 3 |
| 11 | Disponibilizar Serviço de Atendimento 24 (vinte e quatro) horas, através de ligação gratuita (0800) para informações pertinentes aos serviços. | 1 |
| 12 | Indicar representante ou gestor credenciado na sede da CONTRATANTE, com poder decisório | 2 |
| 13 | Cumprir quaisquer dos itens do edital e de seus anexos não previstos nesta tabela de multas, por item e por ocorrência; | 1 |
| 14 | Cumprir quaisquer dos itens do edital e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência. | 2 |

6. Apuração do valor a ser deduzido, em função do grau de falha – tabela 02:

| GRAU | CORRESPONDÊNCIA |
|------|--|
| 1 | 0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato |
| 2 | 0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato |
| 3 | 0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato |
| 4 | 1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato |
| 5 | 3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato |

O pagamento mensal ficará vinculado ao cumprimento do Nível de Serviço definido neste Anexo, bem como pela análise de ausências de prestação de serviços e sanções administrativas.

O valor do pagamento mensal dos serviços será calculado como sendo o valor mensal do contrato subtraídos os descontos (pela aplicação deste Instrumento), glosas (por não prestação de serviços) e multas (sanções administrativas) computadas e aplicáveis no período correspondente.

$$VPM = VMC - TDGM$$

Onde:

VPM = Valor a Ser Pago no Mês

VMC = Valor Mensal do Contrato

TDGM = Total de Descontos, Glosas e Multas no Mês

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS – ANTAQ

Tendo examinado minuciosamente as normas específicas do Pregão Eletrônico n.º/ ..- ANTAQ, cujo objeto é a contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de assistência odontológica aos servidores ativos e inativos, seus dependentes e pensionistas da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ e após tomar conhecimento de todas as condições estabelecidas, formulamos a seguinte proposta:

| Item | Descrição da Atividade | Quantidade de titulares estimados | Quantidade de dependentes | Total de beneficiários |
|------|--|-----------------------------------|---------------------------|------------------------|
| 1 | Assistência odontológica aos servidores ativos e inativos, seus dependentes e pensionistas | 148 | 353 | 501 |

| TIPO DE PLANO | PREÇO UNITÁRIO MENSAL (R\$) | SIGLA |
|--|-----------------------------|--|
| Plano Básico | | Preço por Beneficiário da Modalidade Básica (PBMB) |
| Plano Superior | | Beneficiário Modalidade Superior (PBMS), |
| $PC = \frac{[(PBMB \times 60) + (PBMS \times 40)]}{100}$ | | Preço Composto (PC) |

Plano Básico – Rol mínimo de procedimentos previstos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e suas atualizações.
Plano Superior - cobrirá os procedimentos do Plano Básico acrescidos de procedimento de prótese, de ortodontia e do sistema de livre escolha de prestador de serviços odontológicos

| CÁLCULO DA PROPOSTA | PREÇO GLOBAL (R\$) | SIGLA |
|--------------------------------|--------------------|--------------------------------|
| $PG = PC \times 501 \times 12$ | | PG = Preço Global por 12 meses |

1 - Nos preços indicados na planilha de preços acima estão incluídos todos os custos, benefícios, encargos, tributos e demais contribuições pertinentes.

2 - Declaramos conhecer a legislação de regência desta licitação e que os serviços serão prestados de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, que conhecemos e aceitamos em todos os seus termos, inclusive quanto ao pagamento e outros.

3 – Declaramos, também, que nenhum direito a indenização ou a reembolso de quaisquer despesas nos será devido, caso a nossa proposta não seja aceita pela ANTAQ, seja qual for o motivo.

4 - Esta proposta é válida por 90 (noventa) dias, a contar da data estabelecida para a sua apresentação.

5 – Os pagamentos deverão ser creditados à conta corrente n.º _____, agência _____, Banco _____.

6 – O procurador da empresa, cujo CNPJ é _____, que assinará o Contrato, é _____

o(a) Sr(a) _____ CPF n.º _____